

- McDonald N. Oxford textbook of paliative medicine. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press; 1996. p. 491-525.
4. Vachon LSM. The emotional problems of the patient. In: Doyle D, Hanks GWC, McDonald N. Oxford textbook of paliative medicine. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press; 1996. p. 883-907.
 5. Stetler-Stevenson WG, Kleiner D. Molecular biology of cancer: invasion and metastases. In: Devita V, Hellman S, Rosenberg S. Principle and practice of oncology. 6th ed. Lippincott-Raven; 1999. p. 123-36.

Aspectos éticos envolvidos na seleção de pacientes na pesquisa em psiquiatria

Sr. Editor,

Durante o recrutamento de voluntários para um estudo multicêntrico que está sendo realizado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) para testar a eficácia de um novo antidepressivo, surgiu uma situação bastante peculiar envolvendo pesquisa e assistência. A divulgação do estudo foi realizada através de um jornal local e de cartazes colocados no próprio hospital. A pré-triagem foi realizada inicialmente por um dos médicos que compõem a equipe de pesquisadores, via telefone. Nesse momento, foi verificado se os potenciais voluntários preenchiam os critérios de inclusão do estudo, entre eles a presença de episódio depressivo unipolar ativo. Nesta entrevista telefônica inicial, algumas pessoas que não eram elegíveis para o estudo apresentaram sintomas indicativos de situação de risco, como ideação suicida, por exemplo, gerando um questionamento sobre os limites de atuação dos médicos pesquisadores frente a uma situação como esta. Cabe ressaltar que o suicídio é responsável por cerca de 1% de todas as mortes, sendo a depressão um dos fatores de risco mais importantes.¹ A questão que suscita uma reflexão ética sobre este assunto é a atitude em relação ao paciente que está supostamente em risco, mas não preenche os critérios para inclusão no estudo. Este questionamento foi levado ao Comitê de Ética em Pesquisa do HCPA.

A abordagem ética desta questão remete, primeiramente, ao dever de proteção aos sujeitos de pesquisa, dever este que precede até mesmo o primeiro contato com os possíveis participantes. No caso em questão, o dever de proteção é extensivo àqueles que não preenchem os critérios de inclusão do estudo. A justificativa para a preocupação com os indivíduos que não foram considerados elegíveis está baseada no fato de que o contato para verificar a possibilidade de inclusão no estudo gera um vínculo com o pesquisador.

O vínculo estabelecido neste primeiro contato resulta no comprometimento do pesquisador para com uma pessoa que apresenta um indicativo ou que está efetivamente em risco. Nesta condição, o pesquisador não tem uma obrigação assistencial para com estas pessoas, mas não fica isento de procurar uma alternativa, ou seja, não pode omitir-se de oferecer ajuda. A omissão caracterizaria a consideração dos possíveis sujeitos de pesquisa apenas como um meio e não como um fim em si

mesmos, ferindo um dos mais importantes princípios éticos que é o respeito à pessoa.²

Uma vez reconhecido que o pesquisador deve oferecer ajuda às pessoas que não preenchem os critérios de inclusão, mas apresentam algum tipo de risco identificável na entrevista, outra questão que se coloca é quanto aos limites de atuação do pesquisador. A recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa do HCPA foi de que os pesquisadores sugerissem fortemente que a pessoa buscasse ajuda e indicassem, caso solicitado, instituições ou profissionais que teriam condições de atendê-los. O pesquisador não deve intervir, mas, se não adotar uma postura ativa no sentido de orientar adequadamente os pacientes na busca do atendimento, pode prejudicá-los em função da mobilização decorrente da entrevista. Dentre os ensinamentos de Hipócrates encontra-se a priorização pela ajuda ao paciente e a busca de atos que não os prejudiquem.³

Benício Noronha Frey

Flávio Kapczinski

Serviço de Psiquiatria e Medicina Legal e Laboratório de Psiquiatria Experimental do HCPA

Departamento de Bioquímica, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, UFRGS

Marcia Mocellin Raymundo

José Roberto Goldim

Grupo de Pesquisa e Pós Graduação do HCPA
Comitê de Ética em Pesquisa do HCPA

Referências

1. Roy A. Suicide. In: Sadock BJ, Sadock VA, editors. Kaplan & Sadock's comprehensive textbook of psychiatry. 7th ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Williams; 2000. p. 2031-9.
2. Kant I. Fundamentos da metafísica dos costumes. Rio de Janeiro: Ediouro.
3. Hippocrates. Hippocratic writings. London: Penguin; 1983.

Lista de espera para tratamento de transtornos alimentares na infância e na adolescência

Sr. Editor,

Não há dados que revelem as taxas de incidência/prevalência dos transtornos alimentares no Brasil. Por outro lado, a realização de estudos epidemiológicos exige a utilização de instrumentos validados, inexistentes no País. Portanto, em curto prazo, não teremos acesso a informações sobre o impacto desses transtornos.

Essa carta apresenta dados da lista de espera de um serviço especializado em transtornos alimentares em jovens, na cidade de São Paulo, para expor uma demanda não atendida.

O diagnóstico alimentar provável do jovem em lista de espera foi estabelecido por entrevista telefônica com seu responsá-